

Ser um homem feminino fere meu lado masculino? Reflexões sobre a participação profissional de uma bicha em grupos reflexivos para homens autores de violência

Charles Augusto Christ¹
Rogério Machado Rosa²
Adriano Beiras³

Resumo: Este ensaio objetiva refletir sobre a participação profissional de um psicólogo gay afeminado, ou bicha, como facilitador em grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres. A análise explora a intersecção de múltiplos eixos de poder e a experiência de um corpo bicha mediando um grupo sobre gênero composto por homens heterossexuais. A presença desse corpo no contexto traz um paradoxo: de um lado, busca-se uma identidade masculina que se diferencia da exercida pelo grupo; por outro, compartilha-se a mesma socialização de gênero. Esse paradoxo é ilustrado pela dificuldade de estabelecer vínculos com os homens participantes, cuja afeminofobia invisibiliza as vivências bichas, mas também pelo privilégio simbólico partilhado devido à socialização masculina. Nesse “entre-lugar”, a bicha transita entre identidades em complexos processos de subjetivação que desajustam modos institucionalizados de ser e estar no mundo, desafiando as normas da masculinidade a partir de uma perspectiva política que questiona tanto os estereótipos impostos quanto as hierarquias estabelecidas. O ensaio enfatiza, assim, a importância de compartilhar coletivamente a responsabilidade pela violência de gênero, superando a noção de culpa individual, geralmente promovida pelo sistema judicial.

Palavras-chave: Bicha. Gay afeminado. Grupo reflexivo. Masculinidades. Violência de gênero.

¹ Mestrando em Psicologia Social e Cultura no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Psicólogo graduado pela mesma instituição. Atuou como estagiário no Projeto Ágora e como facilitador de grupos reflexivos para homens autores de violência. E-mail: charleschrist.psi@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4027247001363252>. ORCiD: <https://orcid.org/0000-0002-9199-4404>.

² Professor Adjunto do Departamento de Psicologia/PSI, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas/CFH, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Psicologia (Bacharelado e Licenciatura). Mestre e Doutor em Educação. Ministra a disciplina "Gênero, corpos e sexualidade" no curso de Psicologia da UFSC. E-mail: rogeriorosa.ufsc@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6183712706780844>. ORCiD: <https://orcid.org/0000-0002-8195-8303>.

³ Professor Adjunto do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Psicólogo, pós-doutor em Psicologia Social pela Universidad de Granada (UGr)/University of Brighton e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); doutor europeu em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Idealizador e supervisor acadêmico do Projeto Ágora. E-mail: adriano.beiras@ufsc.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8261091589447794>. ORCiD: <https://orcid.org/0000-0002-1388-9326>.

Foi no livro *As palavras e as coisas*, publicado pela primeira vez em 1966, que Michel Foucault apresentou a ideia da morte do homem. Nessa obra, ele critica a concepção do homem como sujeito racional e universal nas ciências da época, como a medicina, o direito e a psicologia. Foucault (1999) aponta que, nesse modelo, o sujeito já não seria capaz de produzir uma verdade objetiva, revelando uma relação invisível entre saber e poder, que sustentava a noção de sujeito universal. Para Foucault (1995, p. 127), no contexto das ciências tributárias do paradigma moderno, “[...] uma relação de poder dá origem a um conhecimento que, por sua vez, funda os direitos deste poder”. Sua crítica propõe o fim de um modelo epistemológico que coloca o homem no centro do saber, convidando à reflexão sobre as bases de construção do conhecimento e da verdade, e sobre a rede de poder que as atravessa.

Na esteira desse pensamento, surge um novo viés epistemológico advindo de perspectivas feministas e pós-estruturalistas, que deslocam o homem universal para um sujeito situado, atravessado por gênero, raça, classe, etnia, entre outros. Neste ensaio, integramos essa abordagem crítica, desafiando a essencialização e binarização das existências como homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, e o sistema heteronormativo de sexo/gênero/desejo/práticas sexuais (Butler, 2003). Além disso, enfocamos uma perspectiva de conhecimento que é advinda do construcionismo social, cuja teoria postula, entre outras coisas, que

[...] se deve considerar a especificidade e a particularidade histórica e cultural do conhecimento. Todo conhecimento é resultado de um processo histórico particular, produzido no seio de uma cultura ou grupo social. Portanto, há distintas concepções de mundo, com categorias e conceitos que, nós, seres humanos, utilizamos, mas não de forma generalizada: restringem-se ao espaço no qual são produzidos (Íñiguez, 2002, p. 128).

Em essência, este postulado concebe que todo conhecimento sempre deve ser visto como resultado de contingências históricas e geopolíticas situadas, devendo-se analisar as relações de poder que o originam, em vez de compreendê-lo como um conhecimento universal. Ao criticar a ideia de fixidez, objetividade e realidade do conhecimento,

Foucault (1999) desafia a noção de que há um sujeito central e racional que detém a verdade absoluta. Daí decorre a morte do homem, enquanto sujeito universal, como preconizada pelo autor. Com isso, ele abre caminho para entender os sexos, os gêneros, os desejos e as práticas sexuais como construções constantes e plurais.

Nesse contexto, este ensaio examina as reflexões que surgem da experiência de um psicólogo gay afeminado, facilitador de grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres. Essa experiência ocorreu no contexto de um estágio curricular obrigatório do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no âmbito do Projeto Ágora. Um dos autores desempenhou o papel de estagiário em um desses grupos, enquanto o outro autor como supervisor acadêmico. Além disso, houve a colaboração de um terceiro autor, que contribuiu com reflexões teórico-epistemológicas na disciplina “Gênero, corpos e sexualidade”, ministrada no curso de Psicologia da instituição.

Por conseguinte, procuramos indagar, a partir da experiência de mediação nos grupos, a seguinte questão: quais reflexões acerca da desestruturação dos binarismos de gênero e sexualidade podem emergir da prática profissional de um psicólogo gay afeminado que atuou como facilitador em grupos reflexivos para homens autores de violência?

A seguir, exploramos os fundamentos e a metodologia do Projeto Ágora, que visa construir e aprimorar grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres, articulando a prática à teoria crítica de gênero e sexualidade.

O Projeto Ágora

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), em parceria com o Grupo de Pesquisa Margens – modos de vida, família e relações de gênero da UFSC, mantém o Projeto Ágora. Este projeto desenvolve atividades de criação e aperfeiçoamento de grupos reflexivos. O objetivo é trabalhar com homens autores de

violência contra mulheres, estimulando discussões que possibilitem reflexões a respeito de temas variados, tais como a condição masculina, seja no âmbito da família ou na cultura, a violência de gênero e a sua naturalização, assim como concepções cristalizadas acerca dos estereótipos de gênero, sexualidade, relações conjugais, relações parentais, separação, conflitos etc. Em suma, os grupos funcionam como um espaço amplo de discussão para qualquer assunto trazido pelos participantes relativo às suas experiências de vida.

Os grupos reflexivos do Projeto Ágora acontecem com frequência semanal e possuem duração de 12 encontros. A entrada de homens participantes é mediada por processos judiciais: eles vêm encaminhados pelo TJSC a partir do deferimento da medida protetiva referente à Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Antes da participação, o projeto realiza atendimentos individuais para acolher e oferecer suporte aos homens, preparando-os para os grupos. Essa etapa inicial ajuda a personalizar o direcionamento de cada caso, criando um espaço de escuta e acolhimento.

As premissas que subsidiam as intervenções psicossociais⁴ realizadas pelo Projeto Ágora são inspiradas na proposta de Beiras e Bronz (2016) para grupos reflexivos de gênero a partir do Instituto Noos⁵. Segundo os autores, a metodologia dos grupos visa propor “[...] um formato estruturado de conversa que promova um contexto que facilite a reflexão, que ajude a olharmos para nossas contradições e enxergá-las como aberturas para a inovação em nossa forma de agir e estar no mundo” (Beiras; Bronz, 2016, p. 4).

Tomando por base as epistemologias pós-estruturalistas e advindas do construcionismo social em articulação com teorias feministas, a metodologia dos grupos compreende que há uma correlação direta entre a forma como falamos sobre as coisas e como agimos em relação a elas. Nos grupos, são encorajadas descrições diversas acerca

⁴ Para mais informações sobre as intervenções psicossociais em grupos reflexivos com homens autores de violência, consulte Mauricio, Hugill e Beiras (2024), que descrevem detalhadamente as experiências e práticas desses grupos no contexto da violência contra as mulheres no Brasil.

⁵ O Instituto Noos é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1994, no Rio de Janeiro. Constitui-se com profissionais das ciências humanas, sociais e da saúde, com o objetivo de desenvolver e difundir práticas sociais sistêmicas voltadas para a promoção da saúde dos relacionamentos nas famílias, grupos, escolas, equipes profissionais e instituições.

das experiências de gênero, situadas em posições socialmente definidas, almejando confrontá-las e reconfigurá-las. Mauricio *et al.* (2022a) também oferecem uma análise detalhada da judicialização da vida no contexto do Projeto Ágora, examinando como a metodologia dos grupos aborda questões de gênero e violência.

A equipe mediadora dos grupos é formada por homens e mulheres, que atuam na facilitação e na equipe reflexiva, promovendo novas perspectivas sobre as interações e intersecções entre masculinidades e feminilidades. Um dos autores participou como estagiário na equipe reflexiva⁶, que é um recurso terapêutico no qual três integrantes observam o grupo sem realizar intervenções diretas. Ao final de cada encontro, esses integrantes apresentam suas percepções em formato de perguntas reflexivas sobre os temas mais relevantes.

Cada encontro inicia com a retomada das temáticas anteriores, seguida por uma roda de conversa conduzida pelos facilitadores, a partir de um disparador. Os homens são convidados a compartilhar experiências ou opiniões, sendo provocados a refletir a partir da mediação da equipe de facilitação. A equipe reflexiva faz apontamentos ao final, com perguntas que ajudam a desconstruir lógicas naturalizadas e ampliar o campo de sentidos sobre os temas tratados. Essa estrutura visa criar um espaço de diálogo horizontal, capaz de tensionar discursos cristalizados sobre gênero, afetividade e violência, e, ao mesmo tempo, sustentar um ambiente minimamente seguro para os deslocamentos subjetivos possíveis.

Apesar da obrigatoriedade imposta pela vinculação ao judiciário, que pode gerar resistências, as intervenções buscam quebrar essas barreiras, promovendo a responsabilização e a sensibilização dos participantes em relação à violência de gênero. Um dos princípios centrais do Projeto Ágora, enquanto dispositivo de reflexão crítica sobre as masculinidades e a violência, é a noção de que homens violentos não são exceções, mas sim produtos “normais” de uma cultura machista e patriarcal que associa masculinidade à expressão de violência. A próxima seção detalha os processos de

⁶ Para uma análise mais detalhada do uso dessa técnica, incluindo as intervenções *online* implementadas durante a pandemia de Covid-19, consulte Maurício *et al.* (2022b).

construção subjetiva masculina, com o intuito de destacar a diversidade de corpos e interações possíveis no espectro das masculinidades.

O gay se ajusta, a bicha resiste

Anteriormente, procuramos demonstrar a ideia de que o gênero e a orientação sexual não são características “naturais” intrínsecas aos sujeitos, mas sim são construtos sociais adquiridos e expressos por meio de performances culturalmente aprendidas. No campo dos estudos sobre masculinidades, Oliveira (2020a) discute a persistência de uma construção subjetiva masculina que, mesmo entre homens gays, permanece majoritariamente branca e cis-heterossexual. A autora destaca que as definições atribuídas aos homossexuais – como urbanos, jovens, atraentes, saudáveis e integrados no trabalho – são estabelecidas pelo mundo branco e heterossexual hegemônico. Assim, a identidade gay masculina é moldada por múltiplos atravessamentos identitários, como raça e gênero, que atuam como forças de poder influenciando profundamente a construção subjetiva do homossexual.

A interseccionalidade evidencia-se na interação entre branquitude – sustentada por uma estrutura social historicamente racista – e homofobia, derivada da normatividade da heterossexualidade enquanto modelo naturalizado de sexualidade. Essa confluência produz modelos estereotipados e “higienizados” do homem gay, favorecendo uma inclusão padronizada e restrita na sociedade, constituindo um “[...] abominável processo de disciplinarização e normatização da homossexualidade” (Pelúcio, 2016, p. 131).

Nesse cenário, o homossexual hegemônico – estandardizado por publicações especializadas como revistas, blogs, sites, movimentos sociais e, por vezes, pela própria produção acadêmica – é representado por atributos como virilidade, corpo musculoso, juventude, branquitude e sucesso profissional. Esses traços constroem um ideal de beleza e inclusão moldado por padrões cis-heteronormativos e racializados (Oliveira, 2020a). Como observa Miskolci (2007), esse ideal opera por meio de um assimilacionismo que

subordina identidades dissidentes ao modelo heterossexual dominante. O autor afirma que

As formas de definir a si mesmo de várias culturas sexuais não-hegemônicas seguem a heteronormatividade, o que é patente na diáde ativo/passivo dos gays, a qual toma como referência a visão hegemônica sobre uma relação sexual reprodutiva para definir papéis/posições sexuais. Assim, a heteronormatividade não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (Miskolci, 2007, p. 5).

Por conseguinte, Oliveira (2020a) argumenta que as estratégias do movimento gay, especialmente na despatologização da homossexualidade, acabaram por reforçar a heteronormatividade e a branquitude. Isso se deve ao fato de que tais estratégias, para conquistarem reconhecimento social, precisaram se alinhar a expectativas hegemônicas ligadas à figura do “homem ideal” – branco e heterossexual – considerado natural e, logo, o fundamento da sociedade. Assim, ao defenderem a homossexualidade como uma variação natural da sexualidade humana, setores do movimento gay adotaram o que Colling (2013) define como um “essencialismo estratégico”, o qual implicava assumir comportamentos e valores alinhados ao modelo branco e heterossexual, apartando-se da marginalidade de uma sexualidade periférica para poder desfrutar de uma identidade legitimada socialmente.

Diante disso, corpos e performances que não se encaixam nesse modelo continuam invisíveis, considerados abjetos, ou seja, “[...] corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (Prins; Meijer, 2002, p. 161). Deslocado desse padrão hegemônico, surge o lugar onde as masculinidades ditas periféricas são exercitadas e é nesse contexto que a figura da “bicha” é invocada.

O historiador James Naylor Green (2003) tentou definir a bicha como homens afeminados que mantêm relações sexuais com outros homens. Segundo ele, a palavra “bicha” sugere uma adaptação da palavra francesa “*biche*”, que significa corsa, feminino

do veado. Em suas pesquisas no Rio de Janeiro no início do século XX, Green (2003) observou que a bicha era retratada como pederasta passivo. Esse termo foi traduzido por ele como homem afeminado, isto é, o termo passivo foi associado ao feminino, então a bicha também o seria. Assim, ser feminino tornou-se um critério para ser bicha. Oliveira (2020a, p. 107) afirma: “[...] o passivo dá, abre as pernas, é subjugado. O ativo come, fica por cima, domina. Assim, nessa lógica, onde papéis sexuais definem o papel social, a bicha só pode ser feminina. O feminino é sempre menor”. Isso evidencia como atributos sexuais moldam as representações sociais, culminando na figura da bicha afeminada.

Desta forma, o termo “bicha” emergiu como designação pejorativa dirigida a homens homossexuais que expressavam gestos, trejeitos ou modos de vestir associados ao feminino, funcionando como mecanismo de controle e marginalização. Incorporada à construção das masculinidades no Brasil, passou a operar como contraponto ao macho heterossexual, acionada como forma de correção de comportamentos considerados desviantes. Nesse contexto, evocava o temor, por meio de um corpo masculino atravessado por traços femininos, de que o feminino também habita o homem dito “normal” (Oliveira, 2020b). Como destaca Green (2003), figuras como a bicha, o viado e o pederasta desempenharam papel central na constituição do masculino hegemônico, atuando simultaneamente como ameaça simbólica e referência negativa.

Essa perspectiva dialoga com o paradigma cultural da homossexualidade formulado por Peter Fry (1982), considerado um dos pioneiros no deslocamento do entendimento da homossexualidade do campo médico-psiquiátrico para as ciências humanas no Brasil. Em sua proposta, Fry compreende a homossexualidade como uma construção social situada histórica e geopoliticamente, recusando abordagens naturalizantes. Ao enfatizar a relação entre posição sexual e performance de gênero, o autor argumenta que a figura da bicha é culturalmente marcada pela passividade sexual e pela reprodução de traços associados à feminilidade, sendo socialmente posicionada em oposição à masculinidade normativa. Nessa lógica, o homem ativo, mesmo se envolvendo sexualmente com outros homens, preservaria sua masculinidade, enquanto a bicha, por ocupar o lugar da passividade, seria associada à submissão e à inferioridade. A partir dessa oposição binária entre ativo/passivo e masculino/feminino, Fry constrói uma

distinção entre o “homem” e a “bicha”, inscrevendo esta última em uma estrutura simbólica de dominação. Essa formulação permitiu a visibilização de experiências dissidentes e localizadas, em contraste com a figura universalizante do homossexual europeu, contribuindo para consolidar a ideia da homossexualidade como fenômeno culturalmente diverso e historicamente situado. Assim, a antropologia de Fry abriu espaço para o reconhecimento de formas específicas de subjetivação sexual no contexto brasileiro.

Contudo, essa perspectiva do antropólogo é problematizada por Zamboni (2018) ao argumentar que, embora Fry tenha sido precursor ao introduzir a homossexualidade no campo das ciências humanas e da cultura, sua abordagem mantém uma lógica representacional e classificatória. Nela, a bicha é deslocada para o lugar da natureza, associada ao afeminamento tido como “natural”, e convertida em figura negativa, necessária para a afirmação de uma homossexualidade moderna, igualitária e culturalmente legítima. Em vez de reconhecida como sujeito epistêmico, a bicha é enquadrada como tipo cultural específico — passivo, feminino, marginal — fixado por essas marcas e, por isso, excluído do campo da política e da diferença. Ainda assim, Zamboni (2018) propõe pensar a bicha como analisador: não uma categoria estática, mas uma presença crítica que tensiona os saberes sobre sexualidade. Sua potência analítica decorre justamente da complexidade interseccional que a constitui, sendo ao mesmo tempo marcada por violências e capaz de desestabilizar os dispositivos normativos que sustentam a homossexualidade como identidade cultural hegemônica. Nesse sentido, ao ser fixada como tipo cultural específico, como propõe Fry, a bicha é retirada de sua força crítica e situada como figura ilustrativa de um passado a ser superado.

Zamboni (2016) aprofunda essa crítica ao argumentar que a identidade bicha se dissolve sob a sombra da ilusão científica e normativa da homossexualidade. Subjugada a um conceito universal e abstrato, a bicha é tratada como uma imitação imperfeita e popularizada de uma homossexualidade idealizada. Essa construção epistemológica, baseada na lógica modelo-cópia, sufoca a bicha em sua singularidade histórica, social e política. Sua peculiaridade é obscurecida, deixando apenas vestígios erroneamente

interpretados como desvios da suposta norma homossexual. Esses vestígios são combatidos sob a falsa premissa da homogeneidade da categoria homossexual.

Pretende-se assim demonstrar que o bom homossexual é o gay e que a bicha é uma má cópia do homossexual ideal, igualitário. Mais ainda, ela é uma cópia degradada, um simulacro da essência real da homossexualidade que o gay representa. Sendo assim, a bicha não chegaria nem mesmo a ser um conceito, mas apenas um preconceito a ser exterminado (Zamboni, 2016, p. 22).

Das palavras do autor, depreende-se que gay e bicha são categorias distintas com condutas diferentes. “A bicha resiste. O gay se ajusta. Mas, se esse gay é afeminado, basta para que seja tratado como viado, como bicha. O ajuste não se efetiva” (Oliveira, 2020^a, p. 109). Por não se ajustar, a bicha não adota uma autoimagem fixa. Puccinelli e Simões (2022) descrevem a existência da bicha como uma maleabilidade identitária que transcende classificações, sustentada por uma “[...] dinâmica molecular de profusa classificação e escape nas fugas subjetivas e territoriais” (Puccinelli; Simões, 2022, p. 13). Os corpos e espaços estão em constante produção mútua, permitindo às bichas transformações contínuas nas circulações em deriva pela cidade.

Magnani (2005) conecta reconhecimento, identidade e circulação na cidade, permitindo que as bichas transitem por diferentes “casinhas classificatórias”, alterando sua identificação conforme o contexto e local. A bicha se apropria das classificações e discursos que tentam reduzi-la. A sua imagem construída pelo discurso, associada a pecado, perigo e inadequação, não reflete a realidade dos indivíduos concretos. Ao ocuparem espaços públicos e circularem pela cidade, elas desafiam e reconfiguram os significados preestabelecidos, criando novas linhas de sentido onde se entrelaçam diferentes fluxos e significados.

O que antes era motivo de humilhação e zombaria agora se torna símbolo de emancipação, pois ao reivindicar um lugar social na esfera pública, as bichas transgridem a submissão discursiva, adotando uma existência indomável e deixando o lugar de passividade no qual foram alocadas pelos discursos (Zamboni, 2016). Os mecanismos de

controle que reprimem a expressão da feminilidade nos homens são, paradoxalmente, os mesmos que fornecem ferramentas para sua desconstrução.

Concordamos com Oliveira (2020a) que o afeminamento é um exercício de contraposição à imagem padronizada do homem, seja hétero ou homossexual. Assim, ser um homem afeminado, ou uma bicha, é um ato político que reivindica o direito de expressar formas mais saudáveis e autênticas de masculinidade. Ao assumir uma existência empoderada, é possível romper com o silêncio nos ambientes públicos, onde geralmente a emergência da bicha não é permitida.

Geralmente, a bicha está confinada ao armário, um espaço privativo onde resguarda aspectos de sua sexualidade que divergem da heteronormatividade ou das normas de gênero. Sedgwick (2007, p. 19) interpreta esse armário como “[...] um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores”. Ela denomina esse dispositivo de epistemologia do armário, entendendo-o como um regime de conhecimento que define quem pode expressar publicamente sua identidade de gênero e orientação sexual.

Diante disso, há um silenciamento público que impede as bichas de aparecerem, exigindo que permaneçam em segredo para manter a ordem heterossexual. As expressões de homossexualidade podem até ser permitidas em público, desde que estejam alinhadas com a concepção binária de gênero. Contudo, esse silêncio imposto faz parte de um discurso dominante, de modo que romper com a necessidade de se esconder, assumir-se bicha e transitar livremente nos espaços públicos significa redirecionar a discussão e quebrar as portas do armário.

Vamos agora discutir o espaço público ocupado pela bicha, não pelo homossexual bem-comportado, moldado pela epistemologia do armário. Estaria, em certos contextos, enfraquecendo a ideia de que a bicha não pode ocupar posições de poder ou circular na esfera pública? A experiência de um psicólogo gay afeminado que facilitou grupos reflexivos para homens autores de violência, no âmbito do Projeto Ágora, aponta para essa possibilidade. Essa prática profissional tornou-se uma oportunidade concreta de reinscrever a bicha como uma ferramenta crítica e poderosa para desafiar lógicas

normativas de subjetivação masculina e tensionar as formas de existência possíveis aos homens participantes dos grupos.

A seguir, compartilhamos reflexões decorrentes da participação profissional no Projeto Ágora, originadas de supervisões acadêmicas e dos próprios grupos reflexivos. Buscamos destacar a ambivalência do corpo bicha, que, conforme Oliveira (2020b), não está nem ao centro nem à margem, mas como uma intersecção que desafia as fronteiras do gênero.

Um exercício de reflexividade: contingências do conhecimento

A seção anterior aponta que um elemento central na construção da subjetividade masculina é a aversão à feminilidade. Conforme Mauricio *et al.* (2022c), esse antifeminino é parte intrínseca da socialização masculina, não apenas indicando os comportamentos esperados, distantes dos considerados femininos, mas também garantindo o reconhecimento do sujeito em um grupo exclusivamente masculino. Ao ser aceito nesse grupo, o indivíduo é validado como “homem”, e sua masculinidade é avaliada em termos de virilidade e violência. Assim, “[...] observamos a instituição e a normatização das masculinidades pela via da validação de um Outro” (Mauricio *et al.*, 2022c, p. 106).

Desde os primeiros encontros grupais no Projeto Ágora, nota-se que os homens buscam ativamente a legitimação de suas masculinidades por seus pares, sejam eles outros participantes ou facilitadores homens envolvidos no projeto. Contudo, essa busca é direcionada de forma seletiva, especialmente a homens que atendem aos padrões de heterossexualidade, branquitude, classe e formação acadêmica.

Isso revela a necessidade de analisar as masculinidades de forma interseccional. Como expõe Crenshaw (2002), diferentes eixos de poder, como raça, etnia, classe social, entre outros, entrelaçam-se e moldam os cenários sociais, econômicos e políticos, formando intersecções complexas que influenciam dinâmicas de desempoderamento ativo. Isso é claramente visível nas masculinidades que fogem do padrão hegemônico,

como as negras ou homossexuais, o que resulta em desvantagens e subordinação para essas masculinidades.

A pluralidade das masculinidades, portanto, não se constrói apenas a partir de relações de colaboração e de legitimação, mas sobretudo a partir de conflitos que reproduzem hierarquias baseadas nos sistemas de poder hegemônicos, como, por exemplo, entre homens heterossexuais e homossexuais, e entre diferentes raças. Essa complexidade é ampliada quando consideramos outras intersecções institucionais, demonstrando a existência de múltiplas normas de gênero, que variam de acordo com a forma ou configuração das relações interseccionais (Crenshaw, 2002).

Dessa forma, adotamos um saber localizado, reconhecendo a importância de romper com as lógicas dominantes que tendem a privilegiar certos saberes em detrimento de outros. Foucault (1995) ressalta que essas lógicas de poder tendem a universalizar corpos e sujeitos, silenciando experiências diversas, como a que abordaremos neste ensaio, a qual emerge de um corpo bicha em um grupo reflexivo predominantemente composto por homens heterossexuais. Reconhecemos, porém, que nossa análise é parcial, dada nossa posição racial e de classe, que nos insere em uma dinâmica de branquitude e capital, perpetuando os benefícios do racismo estrutural e do classismo que fundamentam a sociedade. Portanto, buscamos realizar um exercício de reflexividade, conforme delineado por Moura Júnior *et al.* (2020, p. 220), que enfatiza a postura dos autores em relação ao objeto de análise e destaca que “[...] deve também evidenciar os marcadores de que ele[s] é[são] constituído[s]”.

Ser um homem feminino fere meu lado masculino?

“Eu achava que ser bicha era uma coisa que não tinha nada demais. Eu era porque queria, mas não deixava de ser homem por causa disso. E me tornei bicha por livre vontade e não fui forçado pelos outros”.
Madame Satã

Ao iniciar esta seção, fazemos uso de uma epígrafe extraída de uma célebre personalidade do contexto brasileiro, conhecida como Madame Satã.⁷ Através das palavras dessa icônica figura, podemos vislumbrar sua adoção de uma identidade cambaleante e diversa, que desafia as noções estabelecidas sobre o que significa ser homem. Madame Satã reivindicava sua identidade como bicha de forma consciente, desafiando as normas cis-heterossexuais e misóginas da socialização masculina. Ela assumia sua condição de bicha por escolha própria, promovendo a inscrição simbólica de uma nova narrativa sobre a vivência da masculinidade, escapando das categorias fixas de identidade. No entanto, simultaneamente, ela também se referia a si mesma como homem, uma vez que a sua feminilidade não era critério para deixar de sê-lo. A figura da bicha, culturalmente associada à submissão, transforma-se à medida que ocupa o espaço público, como exemplificado por Madame Satã, que torna sua vivência uma possibilidade de rebeldia, perturbando incansavelmente os machos e sua violência constante (Zamboni, 2016).

No contexto dos grupos reflexivos para homens autores de violência, procuramos destacar uma implicação paradoxal da participação profissional de um corpo bicha nesse espaço. É uma implicação que começa às margens, ganha o centro e atravessa todo o jogo de poder instituído, conferindo, em momentos diferentes, posições de privilégio e de inferioridade. Assim como Madame Satã em sua (in)definição identitária, no grupo o estagiário ora era bicha, ora era homem.

Baseamos nossas reflexões nas supervisões acadêmicas com a equipe técnica do Projeto Ágora e nos encontros grupais com os homens encaminhados pelo TJSC. No entanto, é importante ressaltar que a experiência do estagiário de psicologia, enquanto corpo gay afeminado, não é universal para todas as pessoas que se identificam como bichas e atuam como facilitadoras em grupos reflexivos para homens autores de violência. As linhas identitárias que se entrelaçam no corpo formam uma superfície composta por

⁷ Madame Satã, nome artístico de João Francisco dos Santos, foi uma figura emblemática da boemia carioca, atuando como transformista, capoeirista e malandro nas décadas de 1930 e 1940. Conhecido por sua resistência às normas sociais e policiais, Madame Satã é um símbolo de transgressão e resistência para a comunidade LGBTQIA+ no Brasil.

diversos pontos, gerando singularidades de uma bicha (Zamboni, 2016), que podem fornecer pistas sobre a experiência de ser bicha, mas não devem ser interpretadas como uma homogeneização das experiências.

O grupo reflexivo aqui delimitado era composto por cerca de onze homens cisgênero e heterossexuais, com perfis bastante heterogêneos em termos de raça, classe, escolaridade e ocupação. Havia tanto homens brancos quanto negros, com níveis de escolarização que variavam entre a pós-graduação e o analfabetismo, além de posições econômicas distintas. Ainda que a maioria tivesse vínculos empregatícios estáveis, as condições de vida eram diversas. Essa multiplicidade de trajetórias evidencia que não há um perfil único de homem que comete violência contra mulheres, e que a vinculação à masculinidade normativa – e às suas expressões violentas – atravessa diferentes experiências de classe, raça e formação. O que unificava os participantes, para além dessa diversidade, era o fato de todos estarem sob o cumprimento de medidas protetivas solicitadas por suas ex-companheiras e deferidas judicialmente. Tal dado, por si só, desloca o olhar de uma leitura psicologizante da violência para uma análise relacional e estrutural das masculinidades.

Em uma das sessões desse grupo reflexivo ocorreu uma cena que nos pareceu significativa. O tema central discutido foi estereótipos e atribuições de gênero, e as expectativas culturalmente estabelecidas sobre comportamentos masculinos e femininos. Por meio de uma dinâmica que incentivava os participantes a compartilharem suas percepções sobre as diferenças entre homens e mulheres, emergiram alguns sentidos estabelecidos socialmente. Inicialmente, as narrativas focaram nas diferenças biológicas, mencionando anatomia, fisiologia e genética – órgãos genitais, musculatura, voz, hormônios e cromossomos. Um dos participantes chegou a afirmar: “Homem é XY, mulher é XX. O corpo é diferente por causa da biologia, por isso homem tem certos instintos e a mulher tem outros”. Evitava-se discutir aspectos culturais que também influenciam nas diferenças entre os gêneros. À medida que os facilitadores incentivavam os participantes a refletir sobre como as diferenças biológicas não definem as posições sociais de homens e mulheres, os discursos começaram a mudar.

Nesse momento, alguns homens adotaram a postura de que as diferenças entre homens e mulheres não importavam, afirmando que “somos todos humanos”. Foi assim que um participante resumiu essa posição: “Pra mim não tem essa de homem e mulher, a gente é tudo ser humano igual”. À primeira vista, esse discurso parecia igualitário, colocando ambos em pé de igualdade. Contudo, ao refletir sobre uma cena interna, definida por um diálogo reflexivo dentro do cenário dos pensamentos (Paiva, 2012), surgiu a questão de se essa afirmação não estaria, na verdade, ocultando os privilégios que os homens possuem em relação às mulheres e demais corpos afeminados.

Após essa mudança de perspectiva, os participantes passaram a usar a infância como argumento para sustentar que as diferenças de gênero não importam. Afirmavam que as identidades de gênero não influenciam nessa fase, acreditando que ser homem ou mulher se desenvolve apenas na vida adulta. Um deles expressou essa ideia afirmando: “Quando cresce a criança escolhe o que ela quer ser, mas antes disso é tudo hormônio”. Segundo essa perspectiva, a separação entre meninos e meninas ocorreria naturalmente, guiada pelos hormônios, e a cultura só impactaria os corpos após uma certa apropriação de significados sociais, quando os adultos se tornariam capazes de decidir se são homens ou mulheres. Essa visão presume a criança como inocente, assexuada e sem gênero, apagando assim a existência de outras infâncias, fortemente influenciadas pelas normas de gênero e pela cis-heteronormatividade.

O discurso dos participantes, que parecia recorrer à ciência para explicar as diferenças entre homens e mulheres, reflete os valores do contexto em que foi criado. Conforme Rohden (2012), a biologia e a produção biomédica, historicamente, foram as bases para sustentar essas supostas diferenças, com a ciência monopolizando o saber legítimo sobre a vida. A autora destaca que há uma substancialização da diferença, erigida por explicações científicas cada vez mais detalhadas, focadas no escrutínio de fatores biológicos como genes, hormônios e neurônios, ignorando a longa história social da construção das distinções entre os gêneros. Esse conhecimento científico, embora pareça definitivo e objetivo, substitui essa história por uma abordagem biológica determinista e radical. A biomedicina, ao responder às demandas políticas e econômicas de cada época, consolidou as representações sociais modernas sobre homens e mulheres.

Essa narrativa dos participantes evidencia como a ciência pode ser moldada por valores culturais e sociais, com a biomedicina contribuindo para naturalizar diferenças de gênero que, na verdade, são socialmente construídas. Ao ignorar a diversidade de experiências infantis, como a infância bicha, esse discurso se torna um instrumento pedagógico opressor. A infância é vista como um espaço onde se deve exercer controle, justificando-se a imposição de normas pelos adultos. Preciado e Nogueira (2013, p. 98) afirmam que “[...] a criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto”, destacando que a vigilância das normas sexuais e de gênero desde a infância serve para garantir a ordem cis-heterossexual nos adultos, restringindo o direito político das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade.

Durante a equipe reflexiva, foi exposto o desconforto causado por essas colocações, ressaltando que existem infâncias profundamente influenciadas pelo gênero e pela violência atrelada a ele. O intuito era subverter e até mesmo confrontar as ideias enunciadas pelo grupo, evidenciando a urgência de rejeitar o papel masculino que eles representavam, o qual, em algumas situações, também recaía sobre a bicha estagiária.

Ao longo das atividades no campo, observações recorrentes sugeriram que, entre os homens cisgênero e heterossexuais que integravam o grupo, havia uma tendência predominante a evitar compreender tanto as vivências dissidentes das normas binárias de gênero quanto as relações de poder que os beneficiam enquanto homens. Tal movimento não se dava de forma homogênea, pois enquanto alguns participantes resistiam frontalmente à escuta das diferenças, outros demonstravam certa ambivalência ou até esboçavam momentos pontuais de reconhecimento. Uma das falas que expressa essa resistência foi: “A bíblia condena a homossexualidade, principalmente quando o homem quer ocupar o lugar da mulher”. Essa afirmação evidencia não apenas a negação da legitimidade de vivências afeminadas, mas também a associação entre feminilidade e subalternidade, reforçando a ideia de que o lugar do homem deve permanecer distante do feminino. Nesse sentido, prevalecia uma regra implícita e consensual: a empatia era mais facilmente mobilizada por experiências enquadradas pelas lógicas binárias e normativas de gênero, especialmente aquelas reconhecidas como masculinas. Essa dinâmica parece revelar como as construções da masculinidade são moldadas por interações

predominantemente masculinas, nas quais se produzem validações recíprocas, hierarquias internas e modos específicos de reconhecimento entre pares (Welzer-Lang, 2001).

A homossociabilidade masculina, na construção da identidade dos homens, frequentemente perpetua práticas machistas, refletindo uma relação de poder sobre o feminino e uma repulsa aos corpos que expressam feminilidade (Welzer-Lang, 2001). Esse fenômeno se insere em um contexto social hierárquico de dominação masculina, onde as características dos homens cisgênero heterossexuais são privilegiadas em relação a outras identidades. Nesse cenário, destaca-se a afeminofobia, um preconceito dirigido a indivíduos com identidades dissidentes e expressões de gênero diversas, como mulheres, bichas afeminadas, travestis e transexuais. Elas são analogamente colocadas em um lugar social marginalizado, associado a sentimentos de fragilidade, especialmente em termos estéticos. Elas são vistas como subordinadas aos homens, que buscam se distanciar dessa lógica feminina incorporada e culturalmente aceita (Silva; Pereira; Pontes, 2019).

Assim, temos um primeiro ponto de reflexão: as bichas afeminadas, ao testemunharem falas afeminofóbicas nos grupos reflexivos, enfrentam dificuldades para se identificar e compreender os relatos dos homens, resultando em uma vinculação diferenciada. Em geral, ao dialogar com as mulheres facilitadoras do grupo, compartilhava-se com elas os mesmos sentimentos de indignação e desconforto diante de certos discursos dos homens. Esses discursos tendem a minimizar as opressões enfrentadas, tentando estabelecer uma noção de igualdade entre homens e mulheres, assim como entre homens heterossexuais e homossexuais.

Ao compartilhar na equipe reflexiva experiências de violência vivenciadas por infâncias bichas, enfatizando seus efeitos no controle da expressão gestual, vocabulário e comportamento, surgiu a oportunidade de tensionar discursos recorrentes entre os homens do grupo, em sua totalidade cisgênero e heterossexuais, que inicialmente centravam suas falas na defesa de uma igualdade universal expressa pela frase “somos todos humanos”. Tal formulação, apesar de parecer inclusiva, operava na prática como um apagamento das diferenças e reafirmação da heterossexualidade como norma, além de negar a autonomia das crianças sobre si mesmas. Ao narrar uma experiência pessoal como bicha, o estagiário

buscou confrontar essa concepção de infância, articulando sua identidade bicha e as questões de violência de gênero. O objetivo era promover reflexões que permitissem uma compreensão mais ampla da violência, evidenciando que ela afeta tanto corpos femininos quanto masculinos desde a infância. Desse movimento emergiu um segundo ponto de reflexão: a presença de uma perspectiva antagonista ao grupo pode funcionar como vetor de desnaturalização de discursos instituídos, abrindo brechas no padrão hegemônico de construção das masculinidades e possibilitando o reconhecimento de outras masculinidades que não se conformam a essas convenções preestabelecidas.

O pesquisador Jan Billand (2016), em sua tese de doutorado, argumenta que a reflexividade em grupos de homens autores de violência pode ser promovida por meio do diálogo entre o facilitador e esses homens, mobilizando sua própria socialização masculina em prol da prevenção da violência contra mulheres. Como mencionado anteriormente, os homens tendem a sentir empatia por experiências que consideram próximas a si. Nesse contexto, o facilitador homem pode utilizar sua vivência e compreensão das normas e expectativas relacionadas à masculinidade para engajar os participantes em reflexões críticas sobre seus comportamentos e atitudes violentas.

Diante disso, é possível indagar: a falta de identificação com os relatos dos homens participantes do grupo, que levava o estagiário a duvidar do seu pertencimento a uma masculinidade comum, não poderia ser interpretada como uma estratégia defensiva de desresponsabilização? A resposta a essa questão exige retomar uma outra cena vivenciada no âmbito do Projeto Ágora.

Os atendimentos de triagem realizados no TJSC, conforme descrito na seção metodológica do Projeto Ágora, são conduzidos por dois estagiários ou extensionistas, geralmente um homem e uma mulher. A cena a seguir ocorreu em um desses atendimentos, em que o estagiário bicha trabalhou ao lado de uma colega do projeto. Durante a triagem, receberam um homem encaminhado pelo TJSC, que possuía uma medida protetiva deferida. Durante o encontro, ele compartilhou sua história, incluindo os detalhes do ato que resultou em sua prisão em flagrante. A abordagem consistiu em uma alternância de intervenções entre os profissionais, com o intuito de promover reflexões desde o primeiro contato e apresentar o grupo reflexivo como um espaço de

escuta e acolhimento, diferenciando-o do ambiente de julgamento associado à infração cometida. O atendimento transcorreu sem grandes intercorrências e foi considerado satisfatório.

Na supervisão realizada na semana seguinte, a equipe compartilhou suas experiências nos atendimentos de triagem. A colega descreveu em detalhes o atendimento mencionado e destacou algumas nuances que não haviam sido percebidas na sessão. Ela observou que, durante a narrativa do homem, ele mantinha um contato visual constante com o estagiário, enquanto raramente olhava para ela. Além disso, suas intervenções pareciam ser menos consideradas pelo homem, que frequentemente respondia e comentava as falas do estagiário gay afeminado. Curiosamente, mesmo quando expressaram pensamentos semelhantes, o homem parecia dar mais atenção às palavras do estagiário do que às dela.

Essa dinâmica pode indicar o impacto da misoginia e do machismo estrutural nas interações sociais, especialmente em contextos masculinizados, como o do sistema judiciário. A desconsideração das contribuições da colega, em contraste com a preferência pelas palavras do estagiário bicha, sugere que, naquele ambiente específico, as opiniões de figuras masculinas tendiam a receber maior atenção e legitimidade. Esse padrão pode refletir formas sutis, porém persistentes, de hierarquia de gênero ainda operantes, mesmo em espaços voltados à escuta e à reflexão crítica sobre a violência. Nesse sentido, Partanen, Wahlström e Holma (2006) observam que essa construção social posiciona as mulheres como indiferentes ou incompreensíveis, o que acaba servindo como uma forma de justificar, simbolicamente, a violência contra elas.

A cena descrita levanta mais um ponto de reflexão: todos nós, independentemente da nossa identidade de gênero ou orientação sexual, estamos sujeitos a reproduzir padrões de violência. A violência pode ser compreendida como um fenômeno social complexo que atravessa práticas econômicas, políticas, jurídicas e culturais (Arensburg, 2011), incluindo formas simbólicas e estruturais que moldam e reafirmam a ordem social, definindo o que é considerado “real” como normal e cotidiano. Conforme argumentado por Žižek (2015), a violência é tão intrínseca à sociedade que, paradoxalmente, torna-se

invisível aos olhos. Nessa perspectiva, a violência é vista como uma parte integrante da própria estrutura da ordem social, sustentando-a por meio de práticas simbólicas.

Assim, a violência não se restringe a indivíduos específicos; ela está profundamente entrelaçada à estrutura social. Em vez de ser uma força externa à ordem social, a violência se manifesta em uma série de micropráxis que lhe conferem continuidade e das quais todos participamos (Žižek, 2015). Mesmo corpos dissidentes, como o da bicha, ao se aproximarem das normas sociais dominantes, podem eventualmente reforçar formas implícitas de violência. Isso ocorre mesmo entre gays afeminados que, embora não exerçam violência explícita, são frequentemente reconhecidos socialmente como homens – especialmente quando brancos, de classe média alta e escolarizados – e, por isso, usufruem de certas vantagens em relação às mulheres. O caso relatado anteriormente ilustra bem essa dinâmica: o estagiário bicha, branco, universitário e de classe média, foi legitimado como representante da masculinidade num ambiente institucional masculinizado como o do sistema judiciário, enquanto a fala da colega mulher foi desconsiderada.

Esse momento parece ter aberto espaço para um processo de humanização dos homens participantes do grupo, ao se compreender a violência como uma práxis dentro do sistema patriarcal e na ordem social em que todos estamos imersos, inclusive nós, enquanto bichas – não apenas bichas, mas também brancas e de classe média. Esses marcadores nos afetam de maneiras diversas, levando-nos a incorporar as posições ou efeitos de poder desses cruzamentos. Nessa perspectiva, o gênero se revela um conceito abrangente que engloba dimensões identitárias e relacionais em uma abordagem interseccional (Crenshaw, 2002). A construção da identidade bicha é uma tarefa complexa, e focar apenas nas diferenças em relação aos homens autores de violência dificultava o reconhecimento da ambiguidade que caracteriza a identidade bicha, assim como a responsabilidade pelas violências que também perpetuamos como indivíduos brancos e de classe média.

Com base nisso, pode-se concluir que a mitigação da violência de gênero não se dá apenas pela expressão de um ponto de vista que se opõe ao dos homens autores de violência. Esse discurso pode carecer de legitimidade aos olhos de parte dos homens que

participam do grupo e ser reconhecido predominantemente em contextos feministas. Billand e Paiva (2017, p. 2984) afirmam a importância de “[...] trabalhar com (e dentro) dos jogos de linguagem masculinos culturalmente vigentes. Os facilitadores precisam atuar a partir de uma posição social que seja *paritária* e, ao mesmo tempo, *minoritária*”.

Essa abordagem indica a necessidade de dialogar e se envolver com os discursos e práticas masculinas estabelecidas culturalmente. Os facilitadores devem buscar uma posição de igualdade social, ao mesmo tempo em que reconhecem que sua perspectiva pode ser minoritária no grupo. Isso implica compreender as dinâmicas e os jogos de linguagem masculinos para criar espaços de diálogo e reflexão que desafiem esses padrões e promovam uma transformação positiva nas atitudes e comportamentos dos participantes, principalmente no que se refere à vinculação da masculinidade com o exercício da violência (Billand; Paiva, 2017).

Por isso, a participação de um homem gay afeminado deve ir além da mera diferenciação em relação aos outros homens; é fundamental coletivizar a responsabilidade pela violência por meio de um diálogo sobre a posição masculina. Essa abordagem permite aliviar o peso da culpa individual, distribuindo-o entre todos os homens, não como uma forma de se isentar da responsabilidade de agir, mas para reconhecer que o problema é comum e enraizado na história e na sociedade. Segundo Billand (2016, p. 127), o objetivo é estabelecer uma consciência reflexiva e política “[...] a respeito do que “somos”, daquilo que “nos” construiu e ainda constrói: essa formação de consciência, de acordo com a tradição marxista, seria a condição da liberdade perante os determinismos sociais”.

A participação de um corpo bicha nos grupos reflexivos com homens autores de violência apresenta um paradoxo. Por um lado, busca-se estabelecer uma identidade masculina que difere da vivenciada pelos demais participantes, visando viabilizar a presença de bichas em espaços públicos e de poder. Por outro lado, ainda compartilhamos da mesma socialização de gênero que os homens do grupo, o que nos confere privilégios decorrentes dessa socialização. Torna-se interessante, então, facilitar um questionamento coletivo da posição masculina, compartilhando a responsabilidade pela violência de gênero, em vez de tentar impor uma visão alternativa a partir de um único ponto de vista.

Os profissionais têm a tarefa de enfrentar esse paradoxo, equilibrando o plano político de representação da bicha e a prática de fomentar diálogos a partir de uma identidade masculina comum.

Algumas derradeiras considerações

Com este texto, buscamos refletir sobre a participação profissional de um homem gay afeminado na condução de grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres. As reverberações no âmbito do Projeto Ágora fomentaram uma construção de conhecimento que, embora parcial, pode ser útil em outras intervenções psicossociais com homens, mesmo aquelas que não são ligadas ao contexto judicial ou à prevenção da violência contra mulheres.

É interessante notar a transformação subjetiva que esse trabalho provocou. Ao participarmos dos grupos e supervisões do Projeto Ágora, percebemos que estávamos encarnando um modelo padrão de conduta baseado na cis-heterossexualidade e na branquitude hegemônicas. Nas palavras de Oliveira (2020a), atuávamos como o “gay higienizado”, que se relaciona com homens, mas se distancia dos “trejeitos” da bicha afeminada. Embora termos como “gay afeminado”, “viado” e “bicha” sejam frequentemente usados como ofensas, nesse contexto, conseguimos nos apropriar deles e (in)definir nossa existência. Isso nos levou a questionar as normas estabelecidas, inclusive entre homens homossexuais, que são moldados por discursos normalizadores. Dentro do grupo, a bicha emerge para apresentar novas possibilidades de vivência de gênero e sexualidade, reinventando até mesmo nossa própria existência.

As reflexões alinhavadas neste texto exprimem os principais aspectos que nos mobilizaram subjetivamente durante o trabalho no Projeto Ágora. Destacamos como pontos nodais de reflexão: a dificuldade de estabelecer vínculos com os homens participantes dos grupos devido a suas falas afeminofóbicas, que invisibilizam as vivências bichas; a importância de trazer uma perspectiva bicha como uma posição política que desafia as normas de masculinidade; a tendência de se distanciar de uma

identidade masculina comum como estratégia defensiva para evitar associações com a violência; a compreensão de que todos, sem exceção, podem reproduzir padrões que legitimam a violência de gênero; e, por fim, a necessidade de compartilhar coletivamente a responsabilidade pela violência de gênero, superando a noção de culpa individual promovida pelo sistema judicial.

Nas considerações finais deste texto, enfatizamos que o trabalho no Projeto Ágora é especialmente desafiador para aqueles e aquelas que desafiam as normas cis-heterossexuais e de gênero, particularmente para as mulheres, como apontado por Mauricio *et al.* (2022c). Essa experiência profissional pode resultar em sentimentos de desvalorização, humilhação e desqualificação. Nesse contexto, a supervisão acadêmica desempenha um papel crucial, permitindo que as trocas entre pares sensibilizem a equipe para os marcadores sociais da diferença.

É essencial que os facilitadores homens, cujas expressões de gênero se alinham à norma cis-heterossexual, reflitam individualmente sobre sua masculinidade. Espera-se que eles atuem em parceria e cooperação com as integrantes da equipe que expressam feminilidade, sejam mulheres ou bichas afeminadas. Essa postura é vital para combater capturas afeminofóbicas e misóginas que ainda permeiam nosso trabalho, promovendo uma abordagem mais inclusiva e equitativa dentro da própria equipe. A responsabilização coletiva deve iniciar internamente, rompendo com as portas do armário que aprisiona as bichas e que perpetua a invisibilidade da hegemonia cis-heterossexual e do paradigma binário que moldam as formas de sociabilidade.

Um paradoxo se apresenta na vivência de um homem afeminado. Por um lado, ser um homem feminino desafia a concepção restrita e unidimensional da masculinidade, quebrando estereótipos e normas sociais. Contudo, é fundamental reconhecer que até nesse corpo que desafia as normas, a normatização cultural ainda pode influenciar, conferindo certos privilégios simbólicos.

Esta (in)conclusão inaugura uma nova construção epistemológica a partir do corpo bicha e de sua experimentação estético-sensível, um território escandaloso na produção de conhecimento. A bicha afeminada, em sua errância ante à cis-heteronorma, revela perspectivas que emergem sem um lugar pré-definido no mundo. De que outras maneiras

podemos tensionar a linearidade do sistema cis-heteronormativo de sexo/gênero/desejo/práticas sexuais (Butler, 2003) para criar novas práticas que desafiem as configurações binárias de sexo e gênero? Essas novas práticas carregariam em si a possibilidade de se repetirem sem se submeterem à injunção de reconsolidar o binarismo?

Nesse “entre-lugar”, onde há a primazia de uma narrativa interseccionalizada que entrelaça várias dimensões identitárias, navegamos entre identidades em complexos processos de subjetivação que desajustam modos institucionalizados de ser e estar no mundo. É justamente nessa (in)definição identitária que escancara o feminino, não como ideia essencializada e biologizante, mas como uma força que se contrapõe às lógicas violentas associadas ao masculino, que reside o potencial de resistência.

Referências

ARENSBURG, Svenska. **Dispositivo jurídico y tramas de calificación victimal**. Estudio cualitativo: víctimas de delito y ruta procesal penal en Chile. 2011. (Tese – Doutorado em Psicologia Social). Universitat Autònoma de Barcelona, Departamento de Psicología Social, Barcelona, 2011.

BEIRAS, Adriano; BRONZ, Alan. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

BILLAND, Jan; PAIVA, Vera Silvia Facciolla. Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2979-2988, 2017.

BILLAND, Jan. **Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres?** Etnografia de um grupo reflexivo. 2016. 214 p. Tese de doutorado. Université Paris 13; Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://theses.hal.science/tel-01403783/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 3, n. 2, p. 405-427, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A palavra e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1995.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Cap. 4, p. 87-115.

GREEN, James Naylor. O Pasquim e Madame Satã, a "rainha" negra da boemia brasileira. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 4, p. 201-221, 2003.

ÍNIGUEZ, Lupicinio. Construcionismo social. In: MARTINS, João Batista; EL HAMMOUTI, Nour-Din; ÍNIGUEZ, Lupicinio. **Temas em análise institucional e construcionismo social**. Curitiba: Fundação Araucária, 2002. pp. 91-179.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, p. 173-205, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200008>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MAURICIO, Ana Carolina; HUGILL, Michelle de Souza Gomes; BEIRAS, Adriano. Projeto Ágora: uma análise da intervenção psicossocial em grupos reflexivos com homens autores de violência. **Revista Brasileira de Execução Penal**, v. 5, n. 1, p. 177-194, 2024. Disponível em: <https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/877>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MAURICIO, Ana Carolina *et al.* Metodologia de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência e a Judicialização da Vida: o caso do Projeto Ágora. In: BEIRAS, Adriano; MARTINS, Daniel Fauth Washington; SOMMARIVA, Salette Silva; HUGILL, Michelle de Souza Gomes (Orgs.). **Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: experiências e práticas** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Academia Judicial de Florianópolis, 2022a. p. 44-74. Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/documents/715064/0/04+E-book2_Edicao_Full.pdf/3d7df7a3-07a3-504f-542b-c0393abd42ff?t=1669240203538. Acesso em: 10 jun. 2025.

MAURICIO, Ana Carolina *et al.* In(ter)venções na modalidade online e o trabalho com homens autores de violência após a emergência de Covid-19. In: BEIRAS, Adriano;

MARTINS, Daniel Fauth Washington; SOMMARIVA, Salete Silva; HUGILL, Michelle de Souza Gomes (Orgs.). **Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: experiências e práticas** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Academia Judicial de Florianópolis, 2022b. p. 98-124. Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/documents/715064/0/04+E-book2_Edicao_Full.pdf/3d7df7a3-07a3-504f-542b-c0393abd42ff?t=1669240203538. Acesso em: 10 jun. 2025.

MAURICIO, Ana Carolina *et al.* A mulher é o diabo de calcinha: enunciados e reflexões referentes à participação profissional de mulheres em grupos com homens autores de violência. In: BEIRAS, Adriano; MARTINS, Daniel Fauth W.; SOMMARIVA, Salete Silva; HUGILL, Michelle de Souza Gomes (Orgs.). **Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Academia Judicial de Florianópolis, 2022c. p. 98-122. Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/documents/715064/0/E-book_Edicao_Beta16.pdf/e758091f-1426-7280-7aa3-dd28ef20ca84?t=1668111785208. Acesso em: 10 jun. 2025.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In: Congresso de Leitura do Brasil, 16., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: ALB, 2007. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

MOURA JÚNIOR, James Ferreira *et al.* Interseccionalidade como estratégia metodológica: articulações entre gênero, raça e pobreza. In: BARROS, João Paulo Pereira; ANTUNES, Deborah Christina; MELLO, Ricardo Pimentel (org.). **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)** [livro eletrônico]. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2020. p. 211-229.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Belo Horizonte: Editora Devires, 2020a.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero**. Belo Horizonte: Editora Devires, 2020b.

PAIVA, Vera. Cenas da vida cotidiana: metodologia para compreender e reduzir a vulnerabilidade na perspectiva dos direitos humanos. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita; BUCHALLA, Cassia Maria (edits.). **Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde**. Livro I, Da doença à cidadania. Curitiba: Juruá Editora, 2012. p. 165-208.

PARTANEN, Terhi; WAHLSTRÖM, Jarl; HOLMA, Juha. Loss of self-control as excuse in group-therapy conversations for intimately violent men. **Communication and Medicine**, v. 2, n. 3, p. 171-183, 2006.

PELÚCIO, Larissa. O cu (de) Preciado: estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. **Iberic@l**, n. 9, p. 123-136, 2016.

PRECIADO, Beatriz; NOGUEIRA, Fernanda Ferreira Marcondes. Quem defende a criança queer?. **Jangada: crítica, literatura, artes**, v. 1, n. 1, p. 96-99, 2013.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

PUCCINELLI, Bruno; SIMÕES, Júlio Assis. Cidade nômade: contribuições de Néstor Perlongher para os estudos urbanos. **Cadernos Pagu**, n. 66, 2022.

ROHDEN, Fabíola (2012). Narrativas científicas e definição de identidades: a questão de gênero e a ênfase no biológico. In: PORTUGAL, Francisco Teixeira; JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Cliopsyche: gênero, psicologia, história**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2012. p. 69-90.

SILVA, José Claudivam da; PEREIRA, Jônatan David Santos; PONTES, Nicole Louise Macedo Teles de. "Ser um homem feminino...": Identidade e afeminofobia na produção de masculinidades de homens gays. In: MELO, Iran; AZEVEDO, Natanael Duarte de (orgs.). **Anais do 4º Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Recife: Editora Realize, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2018/TRABALHO_EV129_MD1_SA21_ID199_06102019195642.pdf?msclkid=bb0a064ad16f11ec9ee881e1658ffb4f. Acesso em: 10 jun. 2025.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, p. 460-482, 2001.

ZAMBONI, Jésio. A bicha na emergência da homossexualidade cultural: Peter Fry e o que o inglês não viu. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. 1-10, 2018.

ZAMBONI, Jésio. **Educação bicha: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual**. 2016. 116 p. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8550/1/tese_9475_Educa%20%5b%20TESE%20%5d.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

Does being a feminine man hurt my masculine side? Reflections on the professional participation of a bicha in reflective groups for male perpetrators of violence

Abstract: This essay aims to reflect on the professional participation of a gay effeminate psychologist, or “bicha”, as a facilitator in reflective groups for male perpetrators of violence against women. The analysis explores the intersection of multiple power axes and the experience of a bicha body mediating a gender group composed of heterosexual men. The presence of this body in this context reveals a paradox: on one hand, there is a search for a masculine identity that differs from that of the group; on the other hand, the same gender socialization is shared. This paradox is illustrated by the difficulty in establishing bonds with the men in the group, whose effeminophobia makes bicha experiences invisible, yet also by the symbolic privilege shared due to this masculine socialization. In this “in-between place”, the bicha navigates identities in complex processes of subjectivation, disrupting institutionalized ways of being in the world and challenging masculine norms from a political perspective that questions both imposed stereotypes and established hierarchies. The essay thus emphasizes the importance of collectively sharing responsibility for gender-based violence, moving beyond the notion of individual guilt typically promoted by the judicial system.

Keywords: Bicha; Effeminate gay; Reflective group; Masculinities; Gender-based violence.

Recebido: 02/10/2024

Aceito: 10/06/2025